

Contexto político

Os conflitos armados afetam mulheres e homens, como vítimas ou sofrendo as consequências económicas. As mulheres representam uma parte considerável da população civil e, como tal, são particularmente afetadas pelos conflitos, uma vez que a sua exposição ao risco de abuso sexual, tráfico, deslocação e escravidão em grande escala é maior. Devido à sua maior vulnerabilidade social, as mulheres e as jovens são muitas vezes confrontadas com formas específicas de violência, cujas consequências persistem mesmo depois de a guerra ter terminado (por exemplo, a gravidez indesejada, resultante de violação, riscos acrescidos de contrair doenças sexualmente transmissíveis). A violência sexual em conflitos armados constitui frequentemente um instrumento de guerra. As mulheres contribuem de forma significativa para atividades de paz e de reconstrução após os conflitos armados e desempenham um papel importante na resolução de conflitos.

Plano de ação da UE sobre igualdade de género e empoderamento das mulheres no âmbito do desenvolvimento (2010-2015)

- Salienta a necessidade de fornecer proteção a longo prazo às mulheres em conflitos armados.
- Salienta a importância de apoiar a participação das mulheres na construção da paz e na reconstrução pós-conflito.
- Apela a um reforço da participação política das mulheres.

Conselho da União Europeia: Documento «Abordagem global da implementação pela UE das Resoluções 1325 e 1820 do CSNU» sobre mulheres, paz e segurança

Avalia os progressos na proteção e empoderamento das mulheres em situações de conflito e pós-conflito, recorrendo a indicadores específicos.

O Parlamento Europeu

- Recorda a importância de incorporar a perspetiva de género em todas as fases das operações da PCSD [Resolução de 10 de março de 2010, sobre a implementação da Estratégia Europeia de Segurança e da Política Comum e de Segurança e Defesa (PCSD)].

- As Resoluções 1325 (2000) e 1820 (2009) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança abrangem a formação do pessoal destacado.
- Reafirma a necessidade de implementação correta da resolução (Resolução de 25 de novembro de 2010, sobre o décimo aniversário da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança).
- Põe em evidência a participação das mulheres nos processos de paz e nas operações militares e civis de manutenção da paz, bem como as consequências dos conflitos para as mulheres (resolução do Parlamento Europeu, de 2 de fevereiro de 2012, sobre a situação das mulheres nos conflitos armados).

Os objetivos estratégicos da Plataforma de Ação de Pequim e os indicadores da UE

- E.1.** Aumentar a participação das mulheres na resolução de conflitos aos níveis da tomada de decisão e proteger as mulheres que vivem em situações de conflito, armado ou de outro tipo, ou sob ocupação estrangeira.
- E.2.** Reduzir as despesas militares excessivas e limitar a disponibilidade de armamento.
- E.3.** Promover formas não violentas de resolução dos conflitos e reduzir a incidência de violações de direitos humanos em situações de conflito.
- E.4.** Promover a contribuição das mulheres para a criação de uma cultura de paz.
- E.5.** Proporcionar proteção, assistência e formação às mulheres refugiadas, a outras deslocadas com necessidade de proteção internacional e mulheres deslocadas no seu próprio país.
- E.6.** Proporcionar assistência às mulheres das colónias e dos territórios sem autonomia.

Durante a Presidência francesa do Conselho da UE, em 2008, foram propostos e aceites quatro indicadores para monitorizar a implementação nesta área. Os indicadores medem a cobertura do pessoal diplomático, de defesa e de manutenção da paz e o nível de recursos humanos e financeiros dedicados à compreensão da situação das



mulheres em situação de conflito armado e ao seu empoderamento. O último indicador mede a percentagem de mulheres e homens entre os requerentes de asilo.

Conclusões baseadas em dados à escala da UE

As mulheres estão sub-representadas nos setores diplomático e militar

A maioria dos relatórios e dados fornecidos pelos Estados-Membros aponta para uma grave ausência de mulheres entre as missões diplomáticas, as delegações da UE, as operações de manutenção da paz da ONU, bem como nos cargos com responsabilidade de decisão nos serviços diplomáticos e militares. Em 2011, entre o pessoal que participava em operações de manutenção da paz da ONU de 21 Estados-Membros apenas 6% eram mulheres, sendo que sete dos Estados-Membros não contavam com mulheres nas respetivas operações de manutenção da paz da ONU.

No total, 17 Estados-Membros apresentaram informações sobre o pessoal que participa em missões no âmbito da Política Comum e de Segurança e Defesa (PCSD). A percentagem média de mulheres entre o pessoal das missões foi de apenas 2%. Os dados desagregados por sexo recolhidos em 2012 entre o pessoal em missões civis no âmbito da PCSD revelaram que as mulheres representam apenas 25% do total. Entre os 18 Estados-Membros que forneceram informações sobre o número de mulheres chefes de missão diplomática, a percentagem média foi de 17%.

Formação inadequada no domínio das questões de género em Estados em conflito e Estados frágeis

No âmbito da promoção das Resoluções 1325 e 1820

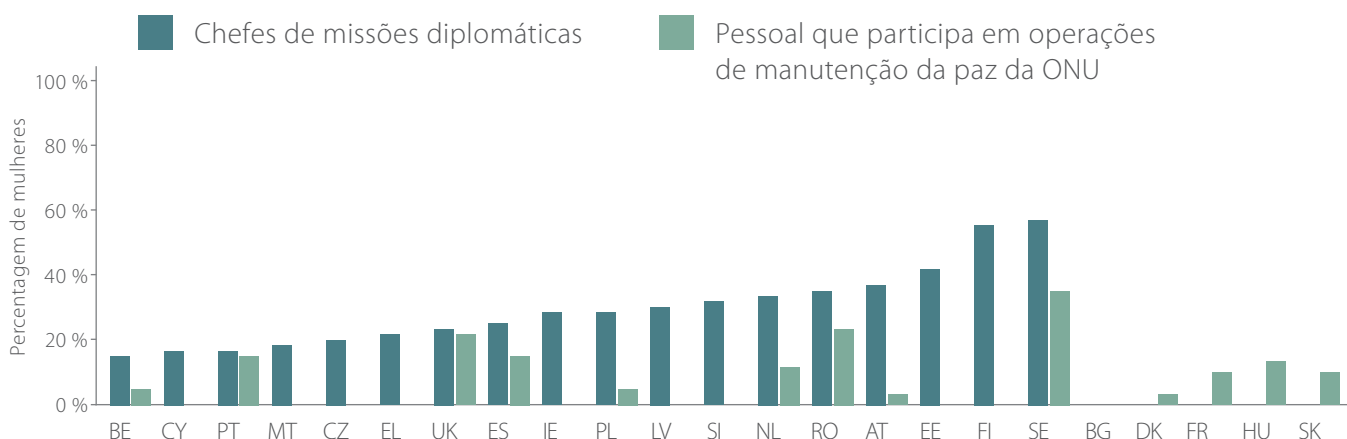
do CSNU, várias presidências do Conselho da UE debruçaram-se sobre a importância e a necessidade de formação entre o pessoal ligado à PCSD. Os mais recentes dados disponíveis, fornecidos em 2008-2009, sobre o pessoal diplomático, militar e civil empregado pelos Estados-Membros da UE e a participação de pessoal militar e policial em operações de manutenção da paz das Nações Unidas e missões da PCSD revelaram uma implementação insuficiente da formação para a igualdade de género. Foi realizada formação específica em matéria de igualdade de género destinada a pessoal diplomático apenas em oito Estados-Membros, porém, não existia qualquer informação clara sobre a percentagem de participação de homens e mulheres.

Reduzida proporção de ajuda às questões da igualdade de género nos Estados frágeis

Em 2009 e início de 2010, os Estados-Membros da UE despenderam cerca de 200 milhões de euros em questões relacionadas com as mulheres, a paz e a segurança. Foram despendidos mil milhões de euros em questões relacionadas com o género a nível mundial. Quanto à contribuição das instituições da UE, as delegações da UE contribuíram para o financiamento de projetos com impacto direto nos direitos das mulheres e relacionados com o género num valor de 165 milhões de euros. Quase um terço desse financiamento foi direcionado para atividades destinadas a aplicar a Resolução 1325 do CSNU. Os dados mostraram que cerca de 28% do total dos 67 milhões de euros gastos na Reforma do Setor de Segurança e Desarmamento, Desmobilização e Reintegração estavam relacionados com atividades que visam especificamente as mulheres.

O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (CAD/OCDE) disponibiliza informações sobre a ajuda atribuída à igualdade de género em situações de fragilidade e de conflito relativas ao período 2007-2008. O relatório

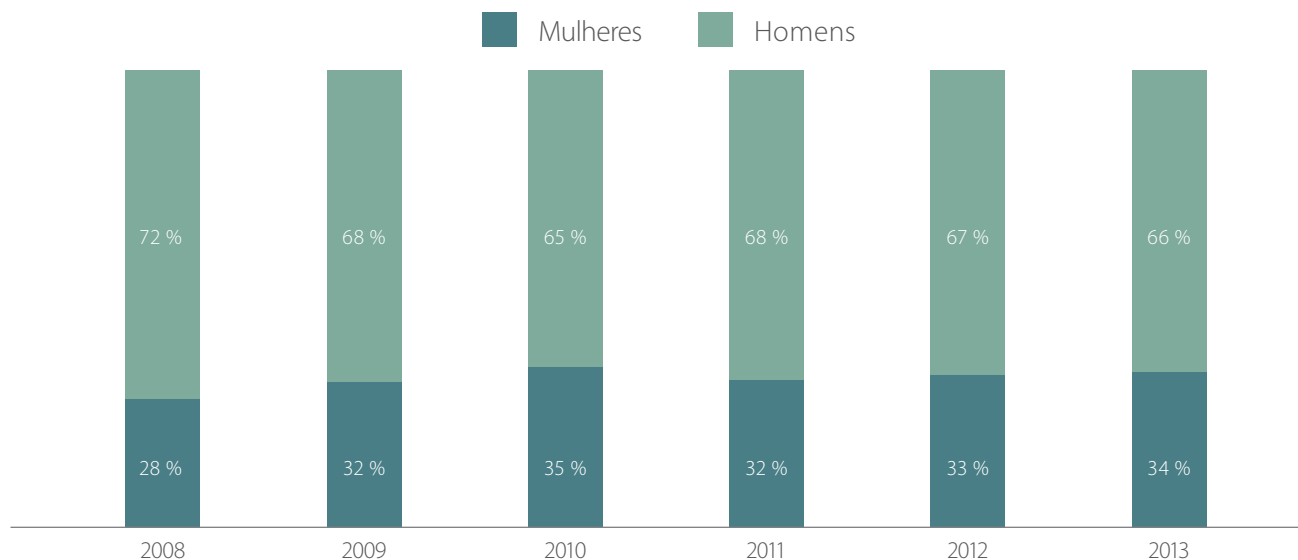
PERCENTAGEM DE MULHERES ENTRE OS CHEFES DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS E ENTRE O PESSOAL QUE PARTICIPA EM MISSÕES DE PAZ DA ONU, EM 2011



Fonte: Conselho da União Europeia, Relatório sobre os indicadores-UE relativos à «Abordagem global da implementação pela UE das Resoluções 1325 e 1820 do CSNU», 2011.



PERCENTAGEM DE MULHERES ENTRE OS REQUERENTES DE ASILO NA UE, 2008-2013



Fonte: Eurostat, Decisões sobre os pedidos e reinstalação.

intitulado «Aid in Support of Gender Equality in Fragile and Conflict-affected States» (Ajuda em prol da igualdade nos Estados frágeis e afetados por conflitos) refere que quase um terço da ajuda dos membros do CAD a Estados frágeis define a igualdade de género como objetivo principal e significativo. No entanto, apenas 19% da ajuda fornecida aos Estados frágeis proveniente de Instituições da UE visa a igualdade de género. Apenas 20% da ajuda destinada ao setor da paz e segurança inclui uma dimensão de igualdade de género, e apenas 38% de todos os membros do CAD incluíram um objetivo relacionado com a igualdade de género na ajuda atribuída ao setor da governação dos Estados frágeis.

Aumento do número de mulheres entre os/as requerentes de asilo

Segundo o Eurostat, entre 2008 e 2012, a percentagem de mulheres que solicitaram o estatuto de refugiado/a aumentou (de 28% em 2008 para 34% em 2013).

Registou-se também um aumento no número de novos pedidos de asilo por parte de mulheres (aquando do registo do primeiro pedido de asilo), de 30% em 2008 para 35% em 2012. Apesar desse aumento, os homens ainda representam quase dois terços dos requerentes de asilo na União Europeia.

Verificou-se um aumento no número de decisões sobre o estatuto de refugiado a par do crescente número de requerentes de asilo que apresentaram um pedido. Entre 2008 e 2012, o número de decisões sobre pedidos relativos a mulheres praticamente duplicou (de 59 730 para 95 875). Proporcionalmente, as decisões positivas sobre os pedidos relativos a mulheres aumentaram mais do que as decisões positivas sobre os pedidos relativos a homens, embora a percentagem de mulheres que adquirem o estatuto de refugiado/a tenha diminuído nos últimos dois anos: em 2010, as mulheres representavam 40% da percentagem de decisões positivas; em 2012, representavam 34%.

Iniciativas úteis

A fim de **aumentar a participação das mulheres nas missões de manutenção da paz**, a Áustria destacou um especialista em questões de género para a missão de paz no Kosovo a fim de prestar assessoria ao comandante e, desde 2010, seis funcionários do Ministério da Defesa receberam formação como adidos para as questões de género. Na Bélgica, a inclusão deste objetivo no segundo Plano de Ação Nacional (PAN) representa um passo em frente para o aumento da representação das mulheres nas organizações internacionais e nas missões realizadas pela diplomacia e pelo exército belgas.

A **promoção da participação das mulheres** para o fomento de uma cultura de paz foi impulsionada pela organização, na Croácia, da Conferência Regional Estratégica «Women in Peace-building: access to justice for women in post-conflict countries» (As mulheres na construção da paz: o acesso à justiça para as mulheres em países pós-conflito). Chipre construiu um Centro Multicultural para as Mulheres com vista a reunir mulheres de todas as comunidades e promover a igualdade de género, a reconciliação e a paz. A Finlândia financia atualmente um projeto trienal «The UN High-Level Seminar on Gender and Inclusive Mediation Processes» (O seminário de alto nível das Nações Unidas sobre o género e os processos de mediação inclusiva), que tem como objetivo gerar processos de paz



mais consultivos, promovendo a participação efetiva das mulheres em acordos de paz. Os Países Baixos apoiaram o trabalho de milhares de organizações de mulheres, através da implementação do programa Financiamento da Liderança e das Oportunidades para as Mulheres (FLOW), no âmbito do segundo Plano de Ação 1325. O Ministério Federal Alemão para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (BMZ) implementou programas específicos no Burundi, Colômbia, Guatemala e Nepal com o objetivo de integrar as mulheres em todas as fases da prevenção e gestão de conflitos, bem como de proteger as mulheres e as jovens contra a violência sexual e a violação em situações de conflito armado.

PROGRESSOS E OBSTÁCULOS NA ÁREA E: AS MULHERES E OS CONFLITOS ARMADOS

PROGRESSOS	OBSTÁCULOS
<ul style="list-style-type: none"> • O compromisso político para com a formação em igualdade de género e os direitos das mulheres destinada ao pessoal que intervém em zonas afetadas por conflitos foi reforçado. • A participação das mulheres no âmbito da manutenção da paz aumentou. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os compromissos assumidos em matéria de formação em igualdade de género continuam a ser implementados de forma deficiente e em pequena escala. • As missões e delegações diplomáticas continuam a ser predominantemente masculinas. • Apenas uma pequena percentagem da ajuda da UE destinada aos Estados frágeis visa especificamente as mulheres. • Na UE, os homens têm maior probabilidade de requerer asilo e obter o estatuto de refugiado do que as mulheres.

O caminho a seguir na UE

- Melhorar o atual nível de sensibilização do pessoal para as questões de género e alcançar o equilíbrio de género nos setores diplomático e militar.
- Integrar a perspetiva de género nos procedimentos e práticas e aumentar, a este respeito, as capacidades do pessoal da linha de frente das administrações dos Estados-Membros e da UE que lidam com o pessoal dos setores militar e diplomático.
- Intensificar os esforços no que respeita à participação equilibrada em termos de género nos setores diplomático e militar.
- Melhorar a qualidade e a atribuição da ajuda externa, aumentando a visibilidade e o conhecimento acerca das necessidades e das vulnerabilidade específicas das mulheres em situações de conflito (por exemplo, a violência de género).
- Incorporar a perspetiva de género e os direitos humanos das mulheres, enquanto componentes cruciais, no processo de análise e tratamento dos pedidos de asilo.

MISSING TRANSLATIONS

Europäisches Institut für Gleichstellungsfragen (EIGE)

Das Europäische Institut für Gleichstellungsfragen (EIGE) ist das EU-Kompetenzzentrum für Gleichstellungsfragen. Das EIGE unterstützt politische Entscheidungsträger und alle relevanten Einrichtungen in ihren Bemühungen zur Verwirklichung der Gleichstellung von Frauen und Männern in Europa und darüber hinaus, indem es spezifisches Fachwissen sowie verlässliche und vergleichbare Daten zur Gleichstellung in Europa bereitstellt.

Weitere Informationen: <http://eige.europa.eu>

Das Ressourcen- und Dokumentationszentrum (RDC) des Europäischen Instituts für Gleichstellungsfragen (EIGE) ist ein innovatives und praktisches Instrument, das dabei hilft, wichtige Ressourcen zur Geschlechtergleichstellung zu finden, den Austausch von Wissen unter den an der Gleichstellungspolitik und -praxis interessierten Personen erleichtert und einen Online-Bereich für Diskussionen und Debatten bietet.

Weitere Informationen: <http://eige.europa.eu/content/rdc>



Kontakt:

Europäisches Institut für Gleichstellungsfragen
Gedimino pr. 16, LT-01103 Vilnius, LITAUEN
Tel. +370 521574-44/00

facebook.com/eige.europa.eu



twitter.com/eurogender



youtube.com/eurogender



<https://eurogender.eige.europa.eu>



ISBN 978-92-9493-275-4

doi:10.2839/207576

MH-04-15-022-PT-N